

# Olhando para o futuro

17 SET 1988

Moreira Franco

JORNAL DO BRASIL

A nova Constituição trouxe avanços importantes para os direitos sociais e econômicos do povo brasileiro. Isso está claro para todos. Não basta apenas ficarmos celebrando o nascimento da nova Carta. Temos que nos preocupar com futuro. Perder a perspectiva do futuro, nesta hora, é pôr em risco as vitórias conquistadas. É comprometer a estabilidade do próprio processo democrático.

A promulgação, no próximo dia 5 de outubro, da nova Constituição não é o fim da nossa rota. É o início de uma nova caminhada. Até agora, a urgência de resolvermos a questão democrática, criando instituições livres, parecia nos dispensar do esforço de construir um projeto de futuro.

Agora temos uma Constituição. Ela é o instrumento com o qual iremos retomar o crescimento econômico do nosso País. Não com o crescimento como um fim em si mesmo, tal como ocorreu durante os tempos do que chamavam "o milagre brasileiro". Queremos um desenvolvimento econômico socialmente orientado, cujo o objetivo prioritário é a solução dos profundos problemas de distribuição de renda. Melhorar essa distribuição significa erradicar a miséria absoluta.

A Constituição vem para fazer o Brasil crescer em benefício de todos os brasileiros e não como no passado, em benefício apenas dos que já são ricos.

Surge, portanto, um novo padrão de desenvolvimento. Isso deve ser entendido como a democratização das oportunidades, a redistribuição da renda e da riqueza, a satisfação

das necessidades coletivas, a promoção de condições dignas de trabalho, buscando a redução sistemática do desemprego. Nesse contexto enquadra-se também a modernização tecnológica, o aproveitamento do processo técnico para alterar definitivamente as condições de produção, distribuição e consumo, assegurando a oferta eficiente à população dos bens e serviços a ela indispensáveis.

Mas, se as expectativas em torno da nova Constituição são favoráveis, as incertezas dos momentos que estamos vivendo exigem definições e providências para que o futuro não fique comprometido.

É impossível continuar convivendo com esta inflação gigantesca. Temos que combater a recessão. O Brasil também não pode aceitar passivamente restrições externas ao seu projeto de recuperação democrática.

Não temos mais condições de continuar transferindo todos os anos bilhões de dólares para o exterior, apenas para pagar o serviço da nossa gigantesca dívida externa.

Dentro dos parâmetros estabelecidos pela nova Constituição vamos ter que encontrar respostas para todos esses problemas. Para chegarmos ao futuro temos que vencer a inflação, o desemprego, a recessão econômica e a dívida externa. As respostas sairão de uma mesa de negociação, em torno da qual terão de estar sentados, necessariamente, os trabalhadores, os empresários, os políticos e os governantes.

É nesse contexto que se deve louvar as iniciativas em cur-

so atualmente para que sejam estabelecidas as bases de um entendimento nacional visando a superação da crise econômica, a partir de um ataque decidido e imediato à corrida dos preços. As lideranças empresariais e sindicais que estão perseguindo esse acordo, procurando romper a inércia dos que vêm somente os próprios interesses, já perceberam que a sociedade brasileira está próxima do limite de tolerância.

O compromisso social em torno do combate à inflação tem de ser efetivado com a participação e o apoio mais amplo possível da sociedade. Sem esse pacto, o Brasil não conseguirá escapar da hiperinflação, que imporá pesadas perdas a todos os que trabalham e produzem, ameaçando os avanços democráticos alcançados até agora pelo País.

Insisto que os partidos políticos e principalmente o PMDB têm grande responsabilidade pela viabilização desse entendimento nacional. Os partidos souberam conduzir a sociedade brasileira nessa transição política e legar uma nova Carta avançada e democrática, apesar dos abalos econômicos dos últimos anos. Não podem, portanto, estar fora do pacto que procura evitar que o País desabe sob o caos inflacionário.

A nova Constituição será promulgada dentro desse espírito de pacto de convivência entre as classes sociais. Um pacto para o futuro, que não pode ser ameaçado pela crise do presente.

□ Moreira Franco é governador do Rio de Janeiro

JORNAL DE BRASÍLIA